

VIDAS APAGADAS PELA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: O TRAUMÁTICO DA VIOLÊNCIA E O TEMPO DA ESCRITA TESTEMUNHAL

LIVES ERASED BY THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP: THE TRAUMATIC OF VIOLENCE AND THE TIME OF TESTIMONIAL WRITING

VIDAS BORRADAS POR LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR BRASILEÑA: LO TRAUMÁTICO DE LA VIOLENCIA Y EL TIEMPO DE LA ESCRITURA TESTIMONIAL

Gabriela Weber Itaquy¹

Edson Luiz André de Sousa²

Analice de Lima Palombini³

Resumo: Durante a ditadura civil-militar brasileira, 434 pessoas foram mortas ou sofreram desaparecimento forçado, além dos inúmeros casos não confirmados, como o extermínio de indígenas e camponeses. O referido artigo se propõe, por meio da psicanálise, a elucidar o tempo do traumático e as possíveis formas de elaboração de um trauma individual e social através da escrita testemunhal. Assim, coletamos restos da história de uma desaparecida política, Ana Rosa Kucinski, a partir de arquivos e da obra literária de Bernardo Kucinski, *K: relato de uma busca*. Como conclusão, aponta-se para a escrita testemunhal como uma linguagem possível diante do traumático e, por consequência, uma via de transmissão através da potência da criação e do ficcional. Torna-se necessária uma longa caminhada para que haja a garantia da memória, da justiça e da efetivação dos processos de elaboração do luto pelas vítimas e familiares, e a escrita pode proporcionar a historicização e o testemunho do traumático.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira. Psicanálise. Trauma. Escrita testemunhal.

Abstract: During the Brazilian civil-military dictatorship, 434 people were killed or suffered forced disappearance, in addition to countless unconfirmed cases, such as the extermination of indigenous people and peasants. Through psychoanalysis, this article aims to elucidate the temporality of the traumatic and the possible ways of elaborating individual and social trauma through testimonial writing. Thus, we collected remnants of the story of a politically disappeared woman, Ana Rosa Kucinski, through archival materials and the literary work of Bernardo Kucinski, K: relato de uma busca. In conclusion, the article points to testimonial

¹ Psicóloga e psicanalista. Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutoranda no mesmo programa. ORCID: 0009-0007-7774-6176. E-mail: gabi.itaquy@hotmail.com

² Psicanalista. Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA). Professor titular aposentado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor e pós-doutor pela Universidade de Paris VII. Pós-doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. ORCID: 0000-0002-1634-230X. E-mail: edsonlasousa@uol.com.br

³ Psicóloga. Professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente convidada do PPG em Psicologia Social e Institucional da mesma universidade. Mestre em Filosofia pela UFRGS. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). ORCID: 0000-0002-8332-8292. E-mail: analice.palombini@gmail.com

writing as a possible language in the face of trauma and, consequently, a means of transmission through the power of creation and fiction. There is a long path ahead to ensure memory, justice, and the effective elaboration of mourning processes for victims and their families, and writing can provide the historicization and testimony of the traumatic.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship. Psychoanalysis. Trauma. Testimonial writing.

Resumen: Durante la dictadura cívico-militar brasileña, 434 personas fueron asesinadas o sufrieron desaparición forzada, además de innumerables casos no confirmados, como el exterminio de indígenas y campesinos. A través del psicoanálisis, este artículo se propone dilucidar el tiempo de lo traumático y las posibles formas de elaboración del trauma individual y social mediante la escritura testimonial. Así, recogemos restos de la historia de una mujer desaparecida políticamente, Ana Rosa Kucinski, a partir de archivos y de la obra literaria de Bernardo Kucinski, K: relato de una busca. En conclusión, se apunta a la escritura testimonial como un lenguaje posible frente a lo traumático y, en consecuencia, como un medio de transmisión a través del poder de la creación y de lo ficcional. Existe un largo camino por recorrer para garantizar memoria, justicia y procesos efectivos de elaboración del duelo para las víctimas y sus familiares, y la escritura puede proporcionar la historización y el testimonio de lo traumático.

Palabras clave: Dictadura cívico-militar brasileña. Psicoanálisis. Trauma. Escritura testimonial.

Adentrando a exposição “Singularidades/Anotações: Rumos Artes Visuais 1998-2013”, no Itaú Cultural, a obra *Espera*, de Gisela Motta e Leandro Lima, chamava bastante atenção. Resumia-se a dois bancos posicionados no meio de uma sala escura, o que fazia com que o espectador demorasse a perceber os motivos da presença de tais objetos. Logo surge a sombra de uma pessoa que se senta no banco, posicionada ao lado dos que ali estão observando a obra e, por vezes, sentados também. De imediato, brota a necessidade de procurar a pessoa representada, mas ela não se encontra ali: trata-se de uma sombra sem a pessoa que lhe cabe. A pessoa fantasmagórica mexe-se, bate os pés e levanta-se ansiosamente à espera de alguém que nunca chega. A obra representa a eterna sensação de espera dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos? A espera terrífica proporcionada pela cena nos dá elementos para refletir não só sobre os mortos que nunca retornaram sequer em restos, mas também sobre os vivos que vivem da mortífera e angustiante espera.

Conforme o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014c), realizado após 28 anos do término da ditadura civil-militar brasileira e, infelizmente, pouco divulgado no país, constatou-se que 434 pessoas foram mortas ou sofreram desaparecimento forçado, além dos inúmeros casos que não foram confirmados e sobre os quais ainda pouco sabemos, como o extermínio de indígenas e camponeses.

Para a CNV, o desaparecimento forçado é toda forma de privação de liberdade mantida por agentes do Estado, ou por pessoas ou grupos com autorização, apoio ou consentimento do Estado, seguida pela recusa em afirmar tal privação ou dar notícias sobre a pessoa. O Estado passa a atuar de modo clandestino, impedindo que os familiares e a sociedade tenham informações sobre o desaparecimento, negando direitos e garantias inerentes à vítima. Nessa via, a morte da vítima só é constatada quando os restos mortais da pessoa são encontrados e quando os exames garantem a identificação.

Em 1979, após muita procura e insistência, o governo militar elaborou um relatório, encaminhado à esposa de um desaparecido político, afirmando que seu marido havia cometido suicídio em uma pensão em São Paulo, em 1972. Seguindo vários rastros que conduziram ao Cemitério de Dom Bosco, em Perus, periferia de São Paulo, foram encontrados

registros de um corpo que estava na vala comum e que possuía o nome que o marido usava na clandestinidade. Naquele momento, foi identificado Luis Tejera Lisboa, o primeiro desaparecido político (Coimbra; Brasil, 2009).

Em um artigo publicado no jornal *O Globo*, no dia 5 de outubro de 2005, Gilberto Molina, membro do Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) e irmão de Flávio Molina, assassinado sob tortura no DOI-Codi São Paulo, em 1971, disse:

Nos últimos 25 anos convivemos com os labirintos das ossadas. Tivemos o impacto de uma vala aberta, repleta de sacos de ossos, na solidão de um tempo remoto. Deparamo-nos com a visão de ossadas jogadas ao acaso, em salas inapropriadas sujeitas a vazamento de lama e esgoto, que nos obrigou a impetrar medida cautelar visando garantias de preservação das ossadas, em 1999, com sentença favorável julgada somente agora. Estivemos frente a frente com um esqueleto montado, numa entrevista kafkiana que visava indícios de reconhecimento. Buscamos a identificação de seus ossos em laboratórios no Brasil e no exterior, num total de 8 instituições. Para cada uma enfrentamos a expectativa dos exames e a decepção dos resultados. Enfrentamos a inépcia, a soberba e a suspeita de corrupção. [...] Finalmente, 15 anos após a descoberta de mais de 1.000 ossadas pertencentes a indigentes e mortos políticos, em uma vala não registrada no Cemitério de Perus, os restos mortais de Flavio foram identificados por exames de DNA por um laboratório de São Paulo no prazo recorde de 20 dias (Coimbra; Brasil, 2009, p. 61).

O ato de desaparecer com os corpos foi utilizado pelos militares como modo de fugir da responsabilidade pelos assassinatos, alimentando seus poderes por meio da eliminação, negação, desvalorização, criminalização e constrangimento dos opositores ao regime, incitando o aumento, em grandes proporções, do medo.

O fato de muitos militantes encontrarem-se clandestinos facilitou o processo de desaparecimento, pois a clandestinidade, inicialmente, servia como um modo de defesa diante das inúmeras prisões e torturas dos militantes que não haviam optado pelo exílio, mas logo passou a ser uma vulnerabilidade, já que a repressão usou nomes frios e identidades falsas para negar aos familiares a verdadeira identificação dos militantes presos, enterrando-os sob diferentes identidades.

Tal situação propiciou ao governo militar maior facilidade para eliminar os corpos, surgindo, assim, o chamado desaparecimento político. De acordo com Arantes, o desaparecimento foi copiado dos métodos de Hitler durante o nazismo, na operação denominada *Nacht und Nebel*. “Noite e Neblina” foi concebida para que pudessem sumir com os opositores do regime nazista: “desaparecer sem deixar rastro, sem direito à sepultura, sem direito a serem velados. São os corpos insepultos de que Sófocles falava na sua *Antígona*” (Arantes, 1994, p. 60).

Conforme a Comissão Nacional da Verdade, diante da privação de liberdade, da suposta morte e da ausência de identificação dos restos mortais dos presos políticos, estes ainda permanecem desaparecidos. O que significa simbolicamente o fato de um familiar continuar desaparecido após tantos anos do término da ditadura?

O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado *Vidas silenciadas pela ditadura civil-militar brasileira: o traumático e a potência da escrita* e se propõe a refletir sobre o tempo do traumático e as possíveis formas de elaboração de um trauma individual e social por meio da escrita testemunhal. Assim, coletam-se aqui restos da história de uma desaparecida política, Ana Rosa Kucinski, por meio de lampejos de sua vida extraídos de arquivos e dos escritos de seu irmão, Bernardo Kucinski, no livro *K: relato de uma busca* (2014a), para falar de uma história esquecida e dar lugar aos testemunhos.

Salienta-se que a história dos desaparecidos políticos é recomposta a partir de fragmentos que foram, a muito custo, coletados por familiares, movimentos políticos, Comissão de Anistia, Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos e Comissão Nacional da Verdade. Remexer nesses arquivos não é tarefa simples, já que tais comissões, movimentos políticos e sociais foram sistematicamente desarticulados em suas funções desde o golpe que tramou o impeachment da presidenta Dilma em 2016. Naquele período, o país viveu um momento de grande ruptura política, econômica e social, que afetou diretamente os sujeitos e suas formas de organização comunitária. Desde então, ocorreram crescentes cortes de direitos e atos de violência por parte do Estado e de seus representantes, culminando na gestão política do último governo presidencial (2019–2022), em que houve um aumento de decisões totalitárias e de proximidade com ações que remontavam à época da ditadura civil-militar.

Durante o governo Temer, a Comissão de Anistia — que possui o poder de garantir anistia política às pessoas que sofreram perseguição por órgãos ou indivíduos ligados ao Estado brasileiro entre os anos de 1946 e 1988 — não realizou o pedido formal de desculpas em nome do Estado, assim como teve apenas 13% dos requerimentos aprovados. Ainda de acordo com notícia de abril de 2021 publicada pelo *El País*, desde o início da gestão Bolsonaro, 2.042 (65%) dos requerentes tiveram seus pedidos indeferidos, 363 (1,3%) foram deferidos, e 807 (33%) anistias que já haviam sido concedidas em outros governos foram anuladas (Benites, 2021). Esses dados apontam para o horror instaurado que, novamente, tinha por pressuposto negar a ocorrência das violências e torturas nos períodos ditatoriais.

Dessa forma, elencar aqui documentos, informações e testemunhos que envolvem os rastros do que foi a existência e a morte de um desaparecido político passa a ser um ato de resistência diante de tamanhas violações de Estado que seguem ocorrendo diariamente, além do aumento dos pedidos da população pelo retorno da ditadura.

UMA VIDA A PARTIR DOS ARQUIVOS

Ana Rosa Kucinski, ou Ana Rosa Silva, nome de casada, nasceu em 12 de janeiro de 1942, em São Paulo, e era filha de judeus poloneses que imigraram para o Brasil na primeira metade do século XX. Graduou-se em Química no ano de 1967, na Universidade de São Paulo (USP). Nesse período, conheceu o físico Wilson Silva, com quem se casou no dia 11 de julho de 1970. Tornou-se professora do Instituto de Química da USP e, no ano de 1972, concluiu seu doutorado em Filosofia na mesma universidade.

No dia 22 de abril de 1974, aos 32 anos de idade, Ana Rosa desapareceu na companhia de seu marido, em São Paulo, nas proximidades da Praça da República. O casal era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e havia sido preso por agentes do Estado brasileiro. De acordo com depoimentos dados por amigos do casal, eles haviam saído por volta do meio-dia de seus respectivos trabalhos para almoçarem juntos em um restaurante situado nas redondezas da praça. Desde então, o casal nunca mais foi visto.

No mesmo dia, os familiares de Ana Rosa e Wilson foram avisados pelos colegas de trabalho para tomarem providências e localizarem os dois militantes. O advogado da família impetrou habeas corpus; entretanto, o pedido foi negado em razão do Ato Institucional n.º 5. Assim, as famílias buscaram informações sobre o paradeiro de ambos, mas não obtiveram notícias, já que o Estado se eximia de qualquer responsabilidade pelo destino dos dois e não reconhecia a prisão realizada.

Em 7 de agosto de 1974, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns teve uma audiência com o general-chefe da Casa Civil do governo Geisel, na qual foi prometida uma grande investigação do caso por parte do governo. Desde esse período, o Estado brasileiro apresentou diferentes posicionamentos sobre a prisão e o desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva. Passados quatro meses, diante da ausência de informações concretas, a Comissão de Direitos

Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi acionada e questionou o Estado brasileiro; como resposta, o Estado alegou não ter responsabilidade no fato.

Diante da busca incessante por notícias, a família solicitou informações sobre o destino do casal ao Departamento de Estado do governo norte-americano, o qual respondeu, por meio da *American Jewish Community* do *American Jewish Congress*, que Ana Rosa estaria viva, mas que não havia nenhuma notícia sobre Wilson. Em 18 de dezembro de 1974, nessas circunstâncias, a família recebeu a última comunicação formal sobre o caso.

Em fevereiro de 1975, o governo ditatorial lançou uma nota oficial em que os nomes de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva são citados como “terroristas foragidos”. Em outubro do mesmo ano, Ana Rosa foi demitida do Instituto de Química da USP por abandono de emprego. Somente em 1993 a Marinha enviou um relatório ao Ministério da Justiça, confirmando que Wilson havia sido “preso em São Paulo em 22/04/1974 e dado como desaparecido desde então”. No que se refere a Ana Rosa, no documento constavam apenas acusações caluniosas estendidas a seu irmão, Bernardo Kucinski.

O Estado brasileiro reconheceu Ana Rosa Kucinski como desaparecida política, por meio da lista de desaparecidos políticos contida no Anexo I da Lei n.º 9.140/1995. Do mesmo modo, o nome de Ana Rosa também consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Conforme os dados apresentados, percebe-se a longa saga dos familiares de Ana Rosa e Wilson na busca por informações e por alguma nomeação possível diante do trauma imposto pela violência de Estado. Nos três depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade, Marival Chaves Dias do Canto, ex-servidor do DOI-Codi, afirmou, em diferentes relatos, que Ana Rosa e Wilson Silva foram levados ainda vivos à Casa da Morte pelo coronel do Exército Freddie Perdigão Pereira. Foram presos por meio da delação do agente infiltrado João Henrique Ferreira de Carvalho, o “Jota”, que, após esse episódio, passou a exercer a profissão de médico em Brasília.

O ex-delegado da Polícia Civil do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Espírito Santo, Cláudio Guerra, confirmou as práticas de tortura cometidas contra o casal. Segundo Guerra (2012), o coronel Freddie Perdigão, um dos mais importantes agentes do CIE, possuía dois grupos distintos de trabalhos secretos: um de tortura e interrogatório e outro de execução, grupo do qual Guerra fazia parte. Conforme seu relato, a militante Ana Rosa Kucinski teria sido brutalmente torturada na Casa da Morte, em Petrópolis: “Ela estava em Petrópolis e foi muito torturada. Ela estava visivelmente violentada. Com os órgãos genitais cheios de sangue e a roupa toda cheia de sangue” (Brasil, 2014a, p. 344-345).

Ainda sobre Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, Cláudio Guerra detalhou:

Eu me lembro muito bem do casal, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, por conta de um incidente no caminho entre a rua Barão de Mesquita e a usina. Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordida no corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano. Eu não prestava muita atenção nos cadáveres que transportava. Até porque eles nos eram entregues dentro de um saco. O problema é que, quando estávamos indo do Rio em direção a Campos, já quase chegando lá, bem naquela reta da estrada, o Chevette que viajávamos simplesmente pegou fogo. Os corpos do casal não tinham sido afetados pelo incêndio do carro. O que fizemos? Simplesmente saímos do veículo. Naquela época não havia celular, era tudo mais difícil. O sargento Levy pegou carona até um telefone público, ligou para a usina [Usina Cambahyba] e eles vieram nos resgatar na estrada (Brasil, 2014c, p. 618).

Assim, em depoimento à CNV, em 23 de julho de 2014, Cláudio Guerra afirmou ter sido responsável pelo transporte dos corpos de Ana Rosa e Wilson, no porta-malas de seu carro, da Casa da Morte até a Usina Cambahyba, onde teriam sido incinerados juntamente com outros 12 presos políticos. Dessa forma, a equipe do coronel Freddie Perdigão teria sido responsável pelas mortes de Ana Rosa e de Wilson.

O mesmo fim teria sido dado aos corpos de João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira, David Capistrano da Costa, João Massena Melo, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Eduardo Collier Filho, José Roman, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Armando Teixeira Frutuoso e Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto. Essas vítimas, que supostamente foram incineradas na usina, teriam sido mortas na Casa da Morte ou no quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita. É impressionante depararmos com a repetição de cenas nazistas realizadas durante o Holocausto — a incineração dos corpos com o objetivo de apagamento dos rastros.

Cinquenta anos após o desaparecimento, a Universidade buscou resgatar a história e o espaço da Profa. Dra. Ana Rosa Kucinski Silva no Instituto de Química da USP, demarcando a sua trajetória desde estudante até profissional, para que “não se esqueça o que aconteceu a ela, para que nunca se repita” (Faria, 2025, p. 2).

A Comissão Nacional da Verdade apontou construções narrativas sobre a morte de Ana Rosa, mas não devolveu o corpo da vítima à família. O desaparecimento forçado impossibilita a vivência do processo de morte. Os militares se utilizam disso como um método extremamente perverso de negação, ocultação e dissimulação do que foi feito às vítimas. Assim, prolongam a tortura e o sofrimento dos familiares.

Dessa forma, são os fragmentos da história expressos por meio de narrativas e testemunhos, materializados através da publicização de arquivos e livros, que possibilitam, em muitas situações, as primeiras formas de se fazer um luto. O arquivo nos transporta ao passado e possibilita conhecermos e percorrermos um itinerário; um documento nos conduz a outro, abrindo espaço para que uma história possa ser reescrita. Conforme Derrida (2001), o arquivo sempre foi um modo de garantia, e toda garantia é sempre configurada de futuro.

O processo de debruçar-se sobre um arquivo é inseparável da imperiosa necessidade de transmissão. Assim, há uma necessidade, ou mesmo uma espécie de impulso, para transmitir, que funciona sob o efeito de um imperativo psíquico incoercível (Mouchenik, 2013). A demanda pelo arquivo é também uma demanda por historicização, uma busca por ir contra o apagamento imposto aos desaparecidos políticos, combatendo a tentativa de des-existência e de negação daquilo que terá existido. Do mesmo modo, os arquivos garantem um sentido e podem propiciar ao traumatismo uma saída do campo do recalçamento.

Os arquivos também demarcam o que pode ou não se tornar expresso em determinado momento histórico, mas também dizem dos silêncios, dos restos e dos não ditos. Hoje existem muitos documentos e arquivos do DOI-Codi e do DEOPS disponíveis para acesso dos cidadãos, mas, além disso, inúmeros foram queimados e triturados pelos militares, numa tentativa de tamponar a memória e apagar os rastros dos ocorridos. Assim, são os atos de fala e os gestos propostos a partir dos arquivos, por meio das tensões daquilo que eles calam e do que impedem de falar, que propiciam novos sentidos e novas insuficiências.

Desse modo, o arquivo propõe a repetição da memória, um reviver do passado e dos mortos, mas que interfere e estabelece a nossa relação com o futuro. De tal modo, os arquivos sobreviventes do período militar e os documentos atuais contendo narrativas e testemunhos dos sobreviventes propiciam uma recontagem da história, pontuando a presença da ausência — catalogando e narrando para não esquecer, para que a sociedade não esqueça. Conforme Derrida (2001), por meio do arquivo, temos uma possibilidade de enfrentamento da finitude radical, combatendo a ameaça de destruição, conservando a memória e as diferentes verdades.

Nessa via, acredita-se na importância da construção de recortes de vidas, histórias e narrativas testemunhadas e transmitidas por meio do olhar e das contribuições da psicanálise dentro do campo acadêmico, como um modo de produção de um outro arquivo que, por meio da publicização, visa ao enfrentamento do trauma social e individual.

O TEMPO DA ESCRITA TESTEMUNHAL

O livro de Bernardo Kucinski, *K: relato de uma busca*, não deixa de ser um arquivo testemunhal que transpira rastros de seu processo de luto perante o desaparecimento forçado de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, durante a ditadura civil-militar brasileira. Os contos literários podem apontar questionamentos sobre os estilos de escrita possíveis que envolvem a temática da violência, que é, em muitos momentos, tão dura e árida. Diante do horror instaurado pelo real da violência, como é possível articular formas de transmissão dessas histórias?

Retomo as próprias palavras de Semprun (1995, p. 125-126):

Como contar uma verdade pouco crível, como suscitar a imaginação do inimaginável, a não ser elaborando, trabalhando a realidade, pondo-a em perspectiva? Com um pouco de artifício, portanto! [...] A verdade essencial da experiência não é transmissível... Ou melhor, só o é pela escrita literária.

Kucinski, no próprio subtítulo “relato de uma busca”, instiga um lampejo temporal; afinal, “relato” remete a algo da ordem do passado que foi vivenciado, e “busca” aponta para a ordem do futuro. Desse modo, o título propõe um iluminar do passado, mas também enseja uma busca que ainda não terminou.

O autor apresenta a utilização dos recursos da literatura e do ficcional, formulando diferentes narrativas possíveis para sua irmã, para seu pai e para os torturadores. Histórias são montadas e conversas inventadas; surge a abertura de um espaço para a ficção perante o vazio imposto pela violência e pelo não sabido, provocados pelo desaparecimento.

Diante da obrigatoriedade de conviver com aquilo que não se sabe — a morte e o desaparecimento forçado —, a escrita busca formas de nomear o que é ter de se deparar com o traumático. Assim, Kucinski escreve, por meio de diversas vozes, a história ficcionalizada de sua vida e a de sua família. Consequentemente, escreve a história da ditadura civil-militar brasileira, ao mostrar a busca incessante de um pai pelos rastros de sua filha.

O livro *K* inicia-se com a citação de Mia Couto: “Acendo a história, me apago em mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz” (2007, p. 15). A passagem acima demonstra o estilo de escrita alcançado por Kucinski, dando-lhe o fôlego necessário para reconstruir o sofrimento do pai que “procura em vão pela filha e se convence aos poucos de que nunca a reencontrará, nem terá direito a homenagear seus restos mortais” (Kehl, 2011).

Como lente de aumento, trazemos a potência da obra literária, não como forma de analisarmos e enquadrarmos os acontecimentos e os sofrimentos, mas, sim, para nos depararmos com a potência da escrita enquanto via de transmissão do traumático e, principalmente, de testemunho.

Quanto à busca por Ana Rosa e à dor gerada pela falta de notícias, Bernardo Kucinski escreve, no papel de seu pai, as seguintes frases:

O pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada. Se no começo age com cautela não é por temor, mas porque, atônito, ainda tateia como um cego o labirinto inesperado da desapareição. [...] E no começo, há esperança, não se pensa no impensável; quem sabe discretamente se consegue a exceção. [...] Quando os dias sem notícia se

tornam semanas, o pai à procura da filha grita, destemperado; importuna, incomoda com a sua desgraça e suas exigências impossíveis de justiça.

O sorvedouro de pessoas não para, a repressão segue cruenta, mas o pai que procura sua filha teme cada vez menos. Desgraçado mas insolente, percebe então o grande paradoxo da sua imunidade. Qualquer um pode ser engolido pelo vórtice do sorvedouro de pessoas, ou atropelado e despejado num buraco qualquer, menos ele. Com ele a repressão não mexe, mesmo quando grita. Mexer com ele seria confessar, passar recibo (Kucinski, 2014a, p. 88-98).

A dor incutida aos familiares não permite e nem mesmo autoriza que incomodem os outros com a sua desgraça. Esperançosamente, acreditam na exceção, procuram incessantemente o ente querido e, quando já não creem nem mesmo na exceção, ainda buscam a verdade, nem que seja para medir a culpa diante da tragédia ocorrida.

Kucinski remete ao sofrimento da eterna busca, sem sucesso, realizada pelos familiares e questiona ao longo da escrita: quem mesmo estaria morto diante de toda essa situação? No texto, ele remete a um sonho com uma cova, cavada pelo próprio pai, que sozinho resolve ir em busca do corpo da filha, mas, quando percebe, encontra-se dentro dela, ocupando o lugar do morto, um morto-vivo, observado e julgado pelos amigos e familiares.

O desaparecimento demarca um vazio de sentido no sujeito e arrebatada com o silêncio e o esquecimento social, perpetrando uma situação sem fim. Desse modo, a morte passa a ser disseminada de várias formas no âmbito social e familiar. A tortura passa a ser redirecionada aos familiares, que necessitam enfrentar a ausência de informações e notícias falsas sobre o seu familiar.

Esquecer experiências-limite é impossível, isso é ainda mais difícil quando o passado permanece recalçado. Sem uma ampla mobilização social e os rituais e leis que garantam o “direito à verdade”, os familiares de mortos e desaparecidos oscilam entre a busca por realizar o luto, o recalque e o desejo de restituição do passado conforme a proposta da *Associação Madres de Plaza de Mayo: “Aparición con vida. Con vida los llevaron, con vida los queremos”* (Teles, 2010, p. 4).

A violência não elaborada tem como legado o perpassar pelas diferentes gerações familiares. Ao longo do livro, o autor reporta a proximidade entre a história de sua irmã e a origem judaica de sua família, bem como a própria luta política que seu pai vivenciou nas ruas de Wloclawek, na Polônia. O pai de Ana Rosa e Bernardo possuía 30 anos quando foi acusado de subversão pela polícia polaca. Foi preso e conseguiu a soltura por meio da propina coletada pelos amigos militantes; sob a condição de emigrar para o Brasil, acabou deixando a mulher e o filho, que se uniram a ele um ano após tal incidente. Entretanto, a tia de Ana Rosa, presa em um comício do partido de esquerda que ajudou a fundar, morreu de tuberculose cinco anos depois, na prisão. Os familiares por parte da mãe de Ana Rosa, também judeus, faleceram tempos depois, durante a Segunda Guerra Mundial.

Conforme o livro, tal violência sofrida pela família Kucinski foi silenciada na história familiar e demarca a transgeracionalidade da violência. Bernardo Kucinski escreve que nada ou muito pouco se falava sobre o assunto, mas o autor propõe o encontro das duas histórias e, sob a voz do pai, conta:

A cada passo em direção a essa ala K. retrocedia na memória aos tempos de sua própria prisão na Polônia. Lembrou-se novamente de quando o arrastaram acorrentado pelas ruas de Wloclawek para humilhá-lo perante os comerciantes. [...] Naquela prisão polonesa ele descobriu a importância dos cigarros e barras de chocolate. Era o que trazia agora,

aos presos do Barro Branco. [...] K. sentia-se muito cansado. As pernas fraquejando, uma sensação de tontura. Chegou ao pavilhão amparado pelo sargento.

Os presos já o esperavam [...] Armaram uma roda de cadeiras, K. sentou-se à frente. Depositou no piso a sacola e começou logo a contar a história que já havia repetido tantas vezes. Mas era como se contasse pela primeira vez. Fitava um preso, depois outro. Tropeçava nas palavras. No meio da fala saíam palavras do iídiche. Repetia como um refrão, *mein tiere techeterl*, minha filhinha querida. Sentia de volta o sotaque dos primeiros dias de Brasil (Kucinski, 2014a, p. 172-175).

Ao longo da escrita, enuncia: “O corpo devastado de um ancião, sustentado por dois olhos — duas chamas — que eram a encarnação do desespero” (Kucinski, 2014a, p. 172-175). K., perante o desespero e o cansaço, encontra como saída o reencontro de sua história com a da filha — ambos haviam sido violentados pelo Estado. Busca notícias dela, mas, ao mesmo tempo, esgotado, busca notícias sobre si mesmo. Assim, a “impensável desaparecimento” delega o repetido sofrimento. K. tenta contar a história da filha, e é por meio da repetição da mesma história, assim como da própria escrita do autor, que se pode propiciar alguma nomeação à interdição que a violência ocasiona.

Quanto à questão do singular ao coletivo, proposta pela escrita literária, Silva afirma:

Esses romances, para além dos aspectos subjetivos que tocam assuntos como perda, luto e memória individual, funcionam também como uma tentativa de testemunho de um drama coletivo, efetuado por meio do que pode ser chamado de política da memória. A penalização de agentes do Estado, assim como o reconhecimento desse mesmo Estado como responsável por ações à margem da lei, são os objetivos principais dessa política em Kucinski, e representam, em consequência, a disputa entre Justiça e Direito, sendo este último fundado no “poder” de exercê-los (Silva, 2020, p. 57-58).

Não devemos esquecer que as experiências traumáticas mantêm os sobreviventes no limite do dizível, causando um embate entre o impulso de dizer e a impossibilidade de achar as palavras certas para dar conta de tamanho fluxo de afeto. Assim, surge tanto a vontade de silenciar, esperando que o tempo possa apagar essas experiências, quanto a vontade de narrá-las com o intuito de libertação. Em muitos casos, o silenciamento torna-se a única saída encontrada pelos sujeitos para seguirem vivendo, uma forma de proteção contra o sofrimento, evitando o enfrentamento da ferida narcísica e da angústia. Contudo, quando uma experiência não pode ser colocada em palavras, ela fica fossilizada, funcionando como uma intrusa ao psiquismo, escapando a qualquer trabalho de luto (Levy; Kupferberg, 2009).

Dessa forma, a experiência traumática, quando silenciada, pode provocar, nos membros das gerações seguintes, um efeito de trauma e de sofrimento. A transmissão ocorre inconscientemente entre as diferentes gerações, sem haver um processo de narração e metabolização que possibilite a elaboração dos acontecimentos, perpetuando o sofrimento (Kupferberg, 2011).

A família Kucinski encontrou no Brasil um refúgio contra a violência e a perseguição ocorridas na Polônia pelos nazistas. Porém, foi o país que os acolheu que matou e fez desaparecer o corpo de sua filha. A violência totalitária vivenciada pelo pai repetiu-se na vivência da filha, dessa vez, porém, com desfecho mortífero. Não podemos nos esquecer de que:

Todo genocídio é uma catástrofe da filiação: é a aniquilação simultânea de três gerações, aquelas que são necessárias ao estabelecimento de toda filiação, para permitir que cada um possa se situar em um conjunto de sujeitos e se reconhecer como tendo sido gerado e como capaz de gerar (Waintrater, 2011 apud Mouchenik, 2013, p. 236).

Diante daquilo que não foi metabolizado psiquicamente, a transgeracionalidade toma a cena. O não elaborado pelos pais, aquilo que se torna indizível, inominável e inconfessável, passa a ser transmitido e depositado na geração seguinte, sem ser elaborado. Assim, para a geração seguinte, são transmitidas as dores, e não as memórias.

Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia. Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraiam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. Também aos amigos não gosta de mencionar suas perdas e, se são eles que as lembram, a reação é de desconforto. K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto.

O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado. Por que eu sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio do sobrevivente, décadas depois dos fatos. [...] A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa de ter sobrevivido.

[...] Também os sobreviventes daqui estão sempre a vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum motivo falharam. Milan Kundera chamou de “totalitarismo familiar” o conjunto de mecanismos de culpabilização desvendados por Kafka. Nós poderíamos chamar o nosso de “totalitarismo institucional” (Kucinski, 2014a, p. 166-169).

Kucinski parte do “totalitarismo familiar” — que, no tom kafkiano, demarca formas de autoritarismo e regulamentações impostas nas relações familiares — para falar do “totalitarismo institucional” como um modo brasileiro de manipular e impor um conjunto de culpabilizações destinadas às vítimas e aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, impossibilitando o compartilhamento da perda, o enfrentamento e a elaboração.

Devemos ressaltar que a perda suscita que o sujeito revise e avalie criticamente a sua história com o objeto desaparecido, indagando-se sobre a sua responsabilidade pelo desaparecimento. A culpa se inscreve no psiquismo do sujeito, e surgem questionamentos dolorosos sobre o seu envolvimento na perda e sobre o que poderia ter sido feito para evitá-la. As auto-accusações, assim, ganham força (Birman, 2006).

Diante do desamparo e do vazio impostos, o familiar desaparecido passa a ser idealizado. Torna-se inevitável, ou necessário, inventar ou imaginar como seria a vida da pessoa perdida. Os desaparecidos apresentam-se imaginariamente como perfeitos, gerando a sensação de impotência naqueles que sobreviveram (Teles, 2010).

Freud, em *Luto e melancolia* (1989), afirma que o processo de luto requer a passagem por um longo período doloroso. O mundo passa a ser visto como empobrecido e vazio, gerando uma ausência de interesses. Busca-se, dessa forma, a superação da perda por meio da retenção de todas as energias do eu, até o momento em que a libido possa ser retirada desse objeto perdido e deslocada para um novo objeto escolhido.

Quando a libido livre não é deslocada para outro objeto, mas direcionada para o eu, ocorre uma recusa da perda, havendo a identificação com aquilo que foi perdido. Dessa forma, quando a sombra idealizada do objeto amado que perdemos “recai sobre o eu”, surge também uma perda do sujeito (Freud, 1989).

Janaína Teles (2010) acredita que os familiares, perante tais perdas irreparáveis, em vez de incorporarem memórias e recordações, acabam tendo de reviver e agir pela verdade e pela justiça, lutando contra a impunidade e a falta de investigações que predominam sobre tais violências. Assim, o luto acaba sendo dificultado, pois, para que o processo ocorra, o sujeito deve poder identificar o objeto que se perdeu.

Remetemo-nos às palavras de Kucinski, referentes a um diálogo com um rabino:

O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo [...]. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo dos seus olhos.

[...] Ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide na forma de livro. Um livro in memoriam. Isso também se fazia de vez em quando na Polônia, embora sem substituir a matzeivá. Comporia um folheto de umas oito ou dez páginas, com fotografias e depoimentos de suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz Israel (Kucinski, 2014a, p. 79-82).

O desaparecimento de um corpo faz com que os rituais sociais e religiosos propostos diante da morte sejam incompletos. Passamos a ter túmulos, lápides, atos ecumênicos, missas e monumentos sem corpos. A morte permanece em suspensão, escapando do campo simbólico e adentrando o campo do real.

A construção de um livro-túmulo torna-se uma bonita imagem para pensarmos o modo simbólico encontrado pelos familiares para lidar com o sem-forma imposto pela violência, mostrando uma luta contra o encobrimento do sofrimento. Um livro que nomeia e garante a existência ao ente desaparecido, conta sua história e recupera memórias. A escrita sobre a história desse sujeito torna-se um modo de sepultamento, uma possibilidade de vivenciar o processo de luto.

No Rio Grande do Sul, a família de Cilon Brum, desaparecido político na Guerrilha do Araguaia, elaborou uma lápide com fotografia e um túmulo que ainda espera um corpo na cidade de São Sepé. Liniane Haag Brum, afilhada de Cilon, escreveu um livro que conta e remonta a história do militante por meio de uma pesquisa feita durante 20 anos sobre a vida do padrinho que nunca conheceu. Revirou antigos arquivos, recortes de jornal, documentos, cartas, entrevistou pessoas que o conheceram. A escrita e os arquivos serviram como modos de andamento ao processo de elaboração da perda. Como modo de simbolização, a escrita torna-se um grande aliado, uma possibilidade de ficcionalização e ressignificação.

K. chegou a compor vários cartões com registros de episódios, diálogos, cenários. Mas ao tentar reuni-los numa narrativa coerente, algo não funcionou. Não conseguia expressar os sentimentos que dele se apossaram em muitas das situações pelas quais passara, por exemplo, no encontro com o arcebispo.

Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras, embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra, no recorte demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. Ele, poeta premiado da língua ídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada.

[...] Naquela noite K. rasgou os cartões de anotações; picou-os em pedacinhos miúdos para que deles nada restasse e atirou tudo ao lixo. Jurou nunca mais escrever em iídiche...

Também foi empurrado a essa decisão por um acaso: queria relatar às netas em Eretz Israel tudo o que havia acontecido. E as netas não conheciam o iídiche, só o hebraico. Naquela mesma noite, K. escreveu sua primeira carta à neta em Eretz Israel, em hebraico impecável, como ele aprendera de criança no heder. Assim, não era mais o escritor renomado a fazer literatura com a desgraça da filha; era o avô legando para os netos o registro de uma tragédia familiar (Kucinski, 2014a, p. 135-137).

Kucinski aponta uma crença na importância da transmissão por meio das cartas e dos livros-túmulos, a necessidade de testemunhar e transmitir às netas o que havia acontecido com a tia. Não se tratava de escrever bonito, e sim de escrever um testemunho, de não se deixar amordaçar novamente pela violência que assolou de modo repetido a sua família. Acredita-se, desse modo, nas formas de transmissão criadas e construídas, nas traduções da experiência por meio de atos criativos, como a ficção propiciada no próprio livro *K: relato de uma busca*.

Marcelo Rubens Paiva (2025a), filho de Rubens Paiva, desaparecido político, refere que a escrita do livro *Ainda estou aqui* (2015) teve como ponto de partida informações reveladas pela Comissão da Verdade sobre o desaparecimento de seu pai. Em entrevista para o jornal *O Globo*, o autor refere:

Senti essa necessidade de escrever um livro dizendo o que foi a ditadura. O que foi a saga de uma família que sofreu com a ditadura. Eu me lembro de navios de guerra chegando à Praia de Ipanema no dia do AI-5, todo mundo tomando sol, na praia, os detalhes da prisão dos meus pais, eu com 5 anos sem pai e sem mãe, depois o desaparecimento do meu pai, o luto da família, a luta da minha mãe pela anistia, pelas Diretas Já, pela Constituinte. Ela esteve à frente de todos esses momentos.

O referido livro virou obra cinematográfica, estreada em 2024, que garantiu premiações internacionais ao Brasil. No período posterior ao lançamento do filme, aconteceu uma grande mobilização social que incentivou a criação de novos memoriais⁴, algumas ações reparatórias, como a correção das certidões de óbito dos desaparecidos políticos, passando a constar que a morte foi violenta e causada pelo Estado brasileiro e, ainda, o retorno da análise das ações que questionam a Lei da Anistia no Supremo Tribunal Federal.

Paiva (2025b), em entrevista, afirma: “O meu pai é um morto. Ele é um caso, um caso em que ninguém sabe pra onde foi e quando morreu. São apenas suspeitas, é um quebra-cabeça que a gente tenta juntar mas nunca consegue completar”.

Por meio das criações, abrem-se possibilidades para darmos outra significação ao horror vivenciado, rompendo a cadeia da repetição. Assim, torna-se possível uma (re)nomeação, um novo lugar aos desaparecidos, para que, assim, suas histórias possam ser reinscritas na história do país e haja um processamento simbólico do passado do sujeito e do social.

A escrita demarca uma possibilidade de recontar, subverter e, até mesmo, criar uma história traumática. Uma posição possível diante do traumático imposto pela violência, além de uma garantia de modos de transmissão e de visibilidade das lacunas, dos restos e dos rastros. Por meio do viés utópico, acreditamos que a escrita abre brechas para falarmos do

⁴ Em 2024, a Lei 1.062 sancionou o tombamento por interesse histórico do parque industrial situado na Usina Cambayhba. Em 2025, o Ministério dos Direitos Humanos e a prefeitura de Petrópolis, no Rio de Janeiro, firmaram a continuidade do processo de implementação de um memorial no local da Casa da Morte, após a desapropriação do imóvel a favor da prefeitura.

campo do irrepresentável, nomeando, como podemos, o que falha e falta, propiciando-lhe ressignificações.

Conforme Gagnebin (2006), acredita-se na necessidade de manter viva a memória dos que foram mortos e tiveram seus corpos desaparecidos pelo Estado, como uma forma de luta contra o esquecimento e a repetição do horror. Assim, a verdade do passado somente será completa com a exigência de um presente verdadeiro.

O papel do narrador é o de quem deve mostrar narrações possíveis para não deixar o passado cair no esquecimento, mesmo diante das ruínas e dos restos de uma tradição despedaçada. Acredita-se na relevância dos elementos restantes do discurso como demarcadores do sofrimento e ressalta-se que os restos que não foram visualizados poderão cair no apagamento da memória (Benjamin, 1994).

Benjamin (1994) nos propicia visualizar aquele que narra na figura do trapeiro, do catador de sucata e lixo, aquele que assume por função recolher os restos e os detritos. O narrador sucateiro recolhe o que não tem mais significação e que passa a ser visto como sem sentido e importância — todos aqueles detritos que restaram da história oficial. Assim, resta ao narrador transmitir o que a tradição não recorda, sendo fiel ao passado e aos mortos, mesmo sem, muitas vezes, saber quem eles são.

As literaturas testemunhais só se tornaram escritas possíveis por terem passado por um trabalho de reelaboração do passado (Seligmann-Silva, 2006). A realidade, quando em excesso, produz traumas e pode jogar o sujeito em uma objetualização, não permitindo o pronunciamiento de nenhuma palavra em nome próprio.

Conforme Sousa (2014, p. 59), “a arte sempre teve por vocação abrir na história espaços para novos olhares, produzindo imagens críticas que provoquem um verdadeiro despertar”. Desse modo, por meio da literatura, podemos propiciar um movimento de contrafluxo e permitir que novos sentidos possam perturbar o sujeito e, então, criar formas de narrar uma experiência.

[...] a palavra poética é aquela que se situa, de cada vez, na posição de resto, e pode, dessa maneira, dar testemunho. Os poetas — as testemunhas — fundam a língua com o que resta, o que sobrevive em ato à possibilidade — ou à impossibilidade — de falar (Agamben, 2008, p. 160).

Dar um passo em direção à narrativa e ao testemunho implica a historicização e a retranscrição das marcas psíquicas no campo do simbólico. Trata-se de uma saída do âmbito privado em direção ao social, unindo os pedaços e recriando os laços identificatórios. Dessa forma, podemos pensar a escrita não só como uma maneira de denúncia dos tempos obscuros da ditadura, mas também como modo de elaboração do sujeito, representando rastros de lembranças impossíveis de esquecer. Kucinski demarca uma história velada, por vezes não conhecida, mas que exige o preenchimento de tais espaços vazios; perante o não sabido, surge a possibilidade de ficcionalização e historicização.

A narrativa de K. “reconstitui a voz do delator, do torturador, da amante do delegado e até daquele que se tornou símbolo do mal absoluto no Brasil da década de 1970: Sérgio Paranhos Fleury”⁴. Somente através de seu apagamento, o autor poderia ter a coragem de colocar-se na perspectiva subjetiva do inimigo (Kehl, 2011), e, assim, colocar o não dito e o não sabido a circular entre nós.

No conto “A abertura”, Kucinski (2014a, p. 73-77) tece um possível diálogo entre militares:

É isso, Mineirinho, vamos espalhar boatos de onde os corpos estão. Um boato atrás do outro. A gente solta um, dá um tempo, tipo um mês ou dois, depois solta outro. Vamos

matar esses caras de canseira. [...] Você pega a localidade, e passa para esses familiares, do jeito que você fez com o Juqueri. Só que agora é o morto, o cadáver. Você aí dá a pista, não dá endereço completo, deixa eles mesmos pensarem que encontraram. [...] agora é hora de limpar os arquivos, não deixar prova. [...] Entregar a moça, onde é que esses caras estão com a cabeça? Mesmo que eles estivessem vivos, como é que eu ia entregar, depois de tudo o que aconteceu? Não é para acabar com as provas? Pois nós acabamos...

Kucinski demonstra, em sua escrita, a necessidade de colocar-se no ponto de vista do Outro totalizador, aquele que oprimiu e violentou a sua família. Em seu conto, o autor faz o exercício de buscar entender a necessidade perversa dos militares em dar falsas esperanças sobre a filha estar viva e, depois, quanto à localização dos restos mortais dela.

A escrita ficcional torna possível que o escritor se coloque no lugar do assassino, apropriando um mecanismo de identificação e de busca pela alteridade radical e necessária de se colocar no lugar do Outro. A escrita surge como uma espécie de libertação, uma possibilidade de resignificação e de enlutamento. Diante da violência que afeta e subverte a posição subjetiva, Maria Rita Kehl ressalta: “Escrever é um dos recursos de que podemos nos valer para inverter, ainda que precariamente, a posição passiva que experimentamos diante da catástrofe, e que nos causa tanto horror” (Nestrovski; Seligmann-Silva, 2000, p. 139).

Semprun (1995, p. 162) pontua:

Nada mais possuo a não ser a minha morte, minha experiência da morte para contar minha vida, expressá-la, levá-la adiante. Tenho que fabricar vida com toda essa morte. E a melhor maneira de conseguir é a escrita. Ora, esta me leva à morte, aí me tranca, aí me asfixia. Estou nesse ponto: só posso viver assumindo essa morte pela escrita, mas a escrita me impede literalmente de viver.

A preocupação referente à escrita do traumático também é um legado de Primo Levi e de Jorge Semprun, autores trazidos anteriormente, ambos sobreviventes dos campos de concentração. A literatura testemunhal surge de uma necessidade de entendimento do presente a partir do passado e de testemunho como uma forma de não esquecimento das atrocidades ocorridas. Perante os resquícios do trauma, a escrita surge pelo desejo de compreender o vivenciado e de reposicionar-se diante dele, inscrevendo o evento traumático dentro da história familiar e social, retirando pedaços de uma experiência catastrófica e destituindo a sua dimensão mortífera.

Paz (1996, p. 155), ex-presos político, descreve o processo de escrita da seguinte forma: “Escrevo penosamente, choro, as palavras saem aos trancos, é um vômito. Nem sei se tem algum valor, mas não é possível parar, vou até o fim, seja o que for. Por enquanto são histórias soltas, me falta um fio para costurá-las”.

Aos familiares dos desaparecidos políticos restaram as coleções de marcas do passado como formas de resposta diante do excesso do desaparecimento: guardam dossiês com fotografias, cartas e objetos de seus entes queridos. Como “herdeiros da dor”, os familiares buscam transmitir a experiência do passado e interrogar o presente, assim como as escritas testemunhais. Porém, não é tarefa fácil conscientizar-se da necessidade de se distinguir dos que morreram, definindo uma ruptura entre passado e presente. Dessa forma, o processo de enlutamento passa a ser demarcado por sua impossibilidade.

O Estado brasileiro deu pequenos passos em prol da reparação e, em alguns lugares, exerceu políticas reparatórias e prestou homenagem aos seus mortos e desaparecidos políticos. Em homenagem à memória de Ana Rosa, a cidade de São Paulo batizou uma rua com o nome de Ana Rosa Kucinski, no bairro Jardim Toca, na Zona Sul. Na cidade do Rio de Janeiro, uma rua do bairro Senador Camará recebeu o mesmo nome. Um pequeno gesto que demarca

uma nomeação, um lugar dado àquele sujeito, mesmo que pequeno e, muitas vezes, pouco visível, preservando a memória e a história. Porém, não podemos esquecer que o Estado ainda perpetua homenagens aos militares, ditadores e torturadores, em inúmeras ruas espalhadas pelo país e que levam os seus nomes.

Como exemplo de uma reação a esse cenário, em 2014 a Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre oficializou a mudança de nome da Avenida Castelo Branco para Avenida da Legalidade e da Democracia. Porém, em 2018, a maioria dos desembargadores do Tribunal de Justiça considerou inválida a aprovação da lei que alterou o nome da via, de forma que, quatro anos depois, a avenida voltou a se chamar Castelo Branco.

Atualmente, temos uma série de produções de documentos, filmes, entrevistas, programas e documentários que estão disponíveis para acesso on-line e que demarcam uma mudança de posicionamento, em que os familiares e a sociedade buscam falar mais sobre o assunto, além dos inúmeros escritos e relatos entregues à CNV e a outros órgãos de reparação. Cabe ressaltar que, no contrafluxo de tamanhas produções, nos anos posteriores ao encerramento da Comissão Nacional da Verdade, tivemos o retorno de clamores populares por ditadura, governantes em flerte com o totalitarismo, assim como uma tentativa de golpe à democracia que culminou com o ataque à Praça dos Três Poderes, em janeiro de 2023.

Kucinski, em entrevista concedida em 2023 ao jornal *Brasil de Fato* (Kucinski, 2023), refere que “no Brasil e em outros países da América Latina, como a Argentina, a memória da ditadura passa por um processo de disputa, com grupos de extrema-direita tentando legitimar a violência do Estado e desacreditar os relatos das vítimas”.

A possibilidade de escrita sobre o traumático surgiu para Kucinski após quase 40 anos do desaparecimento de sua irmã. Maria Rita Kehl, no prefácio do segundo livro de Kucinski (2014b, p. 15), questiona: “quando termina a escrita do trauma?”. O autor, em seu último conto, intitulado “Post scriptum”, escreve sobre a demarcação excessiva e o retorno incessante do traumático. Sobre a escrita do livro, em uma entrevista, Bernardo Kucinski afirma: “Às vezes nem eu mesmo acredito que escrevi. É especial, porque é uma espécie de descarrego”.

Assim, neste artigo, apontamos para a escrita enquanto uma linguagem possível diante do traumático e, por consequência, uma via de transmissão através da potência da criação e do ficcional. A escrita testemunhal, como reconstrutora do mundo através dos restos, cria imagens possíveis para aquilo que não possui lugar. Busca, assim, dar alguma borda simbólica ao traumático — afinal, o trauma é marcado pelo impossível de ser apreendido em sua totalidade.

Acredita-se ser necessária uma longa caminhada para que haja a garantia da memória, a possibilidade de justiça e a efetivação dos processos de elaboração do luto pelas vítimas e familiares. Nesse caminhar, a escrita pode servir como chão onde podemos firmar os pés diante do traumático desses acontecimentos, dando passo a uma possibilidade de historicização e testemunho que é tanto individual quanto coletivo. No singular do texto que se escreve, inscreve-se a história do país.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARANTES, M. A. A. C. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta, 1994.
- BENITES, A. Governo quer fim da Comissão de Anistia em 2022 e nega 90% dos pedidos de reconhecimento de anistiados. *Jornal El País*. Brasília, 10 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-10/governo-quer-fim-da-comissao-de-anistia-em-2022-e-nega-90-dos-pedidos-de-reconhecimento-de-anistiados.html>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- BENJAMIN, W. O narrador [1936]. In: BENJAMIN, W. *Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório* (v. 1). Brasília: CNV, 2014a.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: mortos e desaparecidos políticos* (v. 3). Brasília: CNV, 2014c.
- BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- COIMBRA, C.; BRASIL, V. Exumando, identificando os mortos e desaparecidos políticos: uma contribuição do GTNM-RJ para o resgate da memória. In: MOURÃO, J. *Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaçar: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009. p. 45-62.
- COUTO, M. *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FARIA, D. L. A. Profa. Dra. Ana Rosa Kucinski Silva. *Química Nova*, v. 38, n. 3, p. 1-6, 2025.
- FREUD, S. *Luto e melancolia*. Trad. de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1989. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIV)
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: 34, 2006.
- GUERRA, C. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
- KEHL, M. R. Comentários sobre K. de Bernardo Kucinski. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 28 nov. 2011. Disponível em: <https://cartamaior.com.br/?/Coluna/Comentarios-sobre-K-de-Bernardo-Kucinski/20913>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- KUCINSKI, B. K: relato de uma busca. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.
- KUCINSKI, B. Para escritor Bernardo Kucinski, não responsabilizar ditadura abriu espaço para o bolsonarismo. *Brasil de Fato*, São Paulo, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/05/para-escriptor-bernardo-kucinski-nao-responsabilizar-ditadura-abriu-espaco-para-o-bolsonarismo>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- KUCINSKI, B. *Você vai voltar para mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b.
- KUPFERBERG, M. Efeitos da transmissão traumática sobre a 3ª geração. *Trivium*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 34-43, 2011.
- LEVY, L.; KUPFERBERG, M. Um silêncio ensurdecedor. *Cadernos de Psicanálise — CPRJ*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 22, 2009, p. 173-184.
- MOUCHENIK, Y. Entre memória e história, filiação destruída, trauma, narrativa de vida e paixão por arquivos. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, jan./jun. 2013.
- NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.
- PAIVA, M. R. *Ainda estou aqui*. São Paulo: Alfaguara, 2015.
- PAIVA, M. R. 'Ainda estou aqui' no Oscar: O que levou Marcelo Rubens Paiva a escrever o livro que inspirou o filme? *O Globo*, 2 mar. 2025a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2025/03/ainda-estou-aqui-no-oscar-o-que-levou-marcelo-rubens-paiva-a-escrever-livro-que-inspirou-filme.ghml>. Acesso em: 31 maio 2025.
- PAIVA, M. R. Marcelo Rubens Paiva diz por que acha que "Ainda Estou Aqui" é um sucesso. *CNN Brasil*, 18 mar. 2025b. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/marcelo-rubens-paiva-diz-por-que-acha-que-ainda-estou-aqui-e-um-sucesso/>. Acesso em: 31 maio 2025.
- PAZ, C. E. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- SELIGMANN-SILVA, M. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. In: SELIGMANN-SILVA, M. *O local da diferença*. São Paulo: 34, 2006. p. 9-37.
- SEMPRUN, J. *A escrita ou a vida*. Trad. de Rosa Freire D'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, R. A. G. *A escrita como túmulo e memorial em Bernardo Kucinski*. 2020. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

SOUSA, E. Desfazer a forma. In: POLI, M. C.; MOSCHEN, S.; LO BIANCO, A. C. *Psicanálise: política e cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2014. p. 57-64.

TELES, J. de A. Os testemunhos e as lutas dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS DE LA MEMORIA, 3., 2010, Buenos Aires. *Anais [...]*. Buenos Aires, 2010.

Artigo enviado: 14 de julho de 2025

Artigo aceito: 9 de setembro de 2025